



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2024

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Quotistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2024, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com as disposições e diretrizes previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda. - Mux Energia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Cenário

A Mux Energia, atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 80 anos de existência. A produção de energia é integrada por uma PCH interligada com o sistema de distribuição.

Com sede em Tapejara -RS, é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, fundada em 05 de agosto de 1944. Concessionária com formação tipicamente familiar, é composta atualmente por 64 quotistas, na maioria descendentes dos primeiros sócios.

Geração e Distribuição de Energia Elétrica

Geração

A Concessionária possui em operação uma usina hidrelétrica de 01 MW de potência instalada, sendo que a produção anual em 2024 foi de 3,785 MWh.

Distribuição

A Concessionária distribui energia elétrica para as áreas urbanas de Tapejara e Ibiaçá no Rio Grande do Sul.

 Área de Concessão



Número de Consumidores – No ano de 2024 houve um aumento de 201 consumidores, sendo 152 Residenciais, 37 Comerciais, 07 Poderes Públicos, 03 Serviços Públicos, 04 Consumidores Livres e diminuições de 01 industrial e 01 rural, totalizando 12.987 consumidores atendidos pela Mux Energia, número 1,57% superior à 2023.

Consumidores	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	10.242	10.477	10.653	10.790	10.942
Comercial	1.678	1.736	1.766	1.804	1.841
Industrial	65	66	64	60	59
Rural	14	14	14	14	13
Poderes Públicos	80	79	82	86	93
Iluminação Pública	6	5	5	5	5
Serviço Público	17	18	19	19	22
Consumo Próprio	4	4	4	4	4
Consumidor Livre	2	2	3	4	8
Total	12.108	12.401	12.610	12.786	12.987
Variação	2,17%	2,42%	1,69%	1,40%	1,57%

No quadro a seguir destacamos a variação percentual do número de consumidores faturados em dezembro de 2024 e 2023 por classe de consumidores:

Classe	2024	2023	%
Residencial	10.942	10.790	1,41%
Comercial	1.841	1.804	2,05%
Industrial	59	60	-1,67%
Rural	13	14	-7,14%
Poder Público	93	86	8,14%
Iluminação Pública	5	5	0,00%
Serviço Público	22	19	15,79%
Cosumo Próprio	4	4	0,00%
Consumidor Livre	8	4	100,00%
Total	12.987	12.786	1,57%

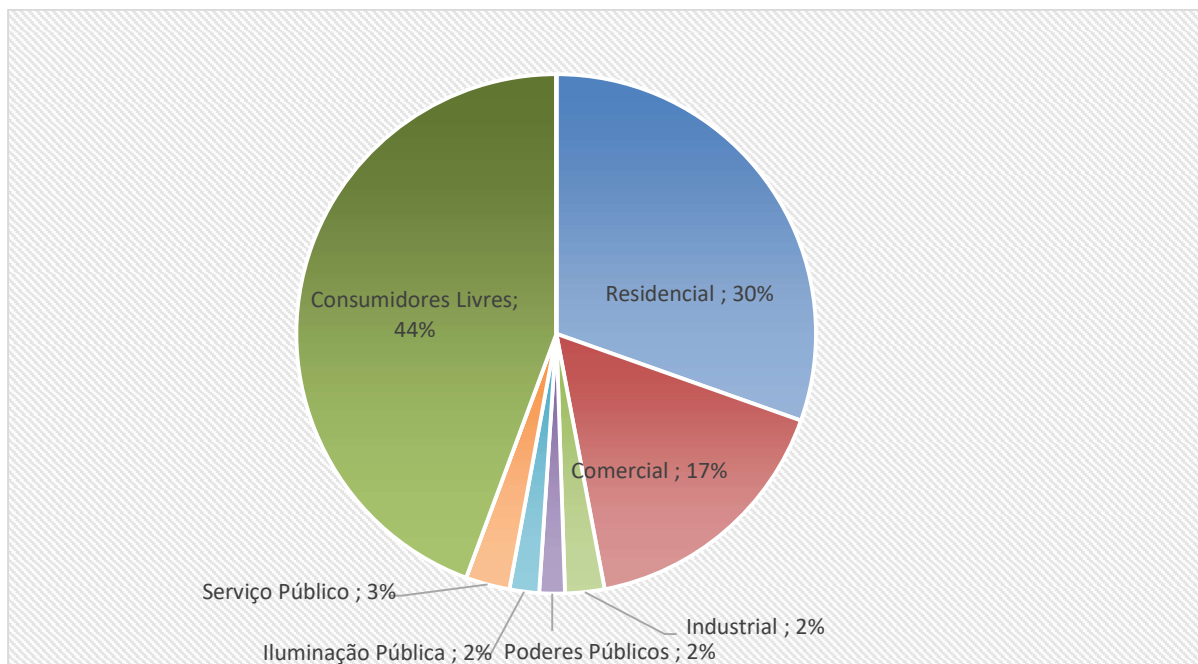
Comportamento do mercado -A distribuição de energia na área de concessão da Mux Energia no ano de 2024, foi de 84.789 MWh (78.939 MWh em 2023).

Dentre os consumidores cativos, a classe de consumo com maior relevância é a residencial que representa 30,32% do total do faturamento. E nos consumidores livres há uma ascendência na opção por esta modalidade que já representa 44,23% do total do faturamento. Além da entrada da classe comercial nesta modalidade, no ano de 2024, representando 0,37% do total do faturamento.

A seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

Consumidor	2024 (MWh)	Part %	2023 (MWh)	Part %	Taxa Crescimento %	
					2024/2023	2023/2022
Residencial	25.704	30,32	23.594	29,89	8,94	4,65
Industrial	2.058	2,43	10.191	12,91	-79,80	-53,51
Comercial	14.036	16,55	13.011	16,48	7,88	5,62
Rural	241	0,28	171	0,22	40,52	2,80
Poder Público	1.347	1,59	1.216	1,54	10,77	4,84
Iluminação Pública	1.564	1,84	1.690	2,14	-7,46	-49,83
Serviço Público	2.311	2,73	2.099	2,66	10,10	4,45
Consumo Próprio	26	0,03	25	0,03	2,04	-5,63
Consumidor Livre - Industrial	37.191	43,86	26.941	34,13	38,05	104,38
Consumidor Livre - Comercial	311	0,37	0	0,00	100,00	0,00
Total	84.789	100,00	78.939	100,00	7,41	2,92

O gráfico a seguir demonstra o percentual de consumo de energia elétrica por classe de consumo:

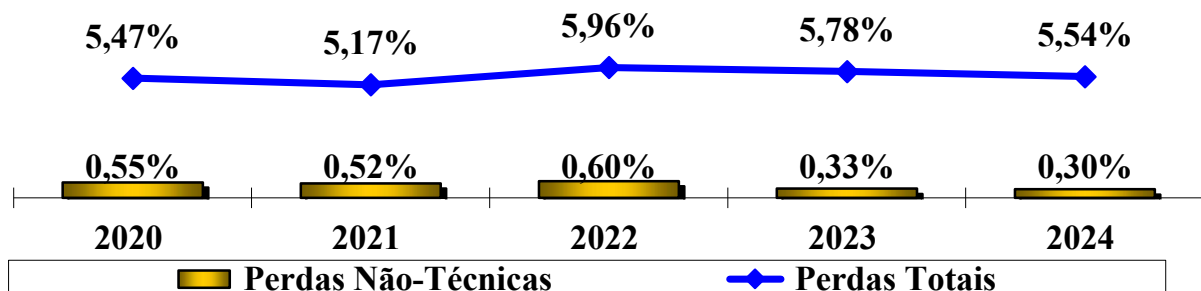


Mercado Atendido - GWh	2020	2021	2022	2023	2024
Energia Faturada	64,616	64,491	63,519	51,997	47,287
Fornecimento					
Residencial	21,230	21,419	22,545	23,594	25,704
Comercial	10,944	11,545	12,318	13,011	14,036
Industrial	26,279	25,033	21,923	10,191	2,058
Rural	0,216	0,167	0,167	0,171	0,241
Poderes Públicos	0,695	0,856	1,160	1,216	1,347
Iluminação Pública	3,624	3,660	3,369	1,690	1,564
Serviço Público	1,602	1,785	2,010	2,099	2,311
Consumo Próprio	0,026	0,026	0,027	0,025	0,026
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	12,952	11,689	13,182	26,941	37,502
Consumidores Livres/Dist./Ger.	12,952	11,689	13,182	26,941	37,502
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	77,568	76,180	76,701	78,938	84,789
Varição	11,94%	-1,79%	0,68%	2,92%	7,41%

Balanço Energético

Energia Requerida - GWh	2020	2021	2022	2023	2024
Venda de Energia	64,62	64,49	63,52	52,00	47,29
- Fornecimento	64,62	64,49	63,52	52,00	47,29
- Suprimento p/ agentes de distribuição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores Livres/Dist./Ger.	12,95	11,69	13,18	26,94	37,50
Consumidores Rede Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercado Atendido	77,57	76,18	76,70	78,94	84,79
Perdas na Rede Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pernas na Distribuição	4,49	4,16	4,87	4,84	4,97
Perdas Técnicas	4,04	3,74	4,38	4,57	4,70
Perdas não Técnicas - PNT	0,45	0,42	0,49	0,27	0,27
PNT / Energia Requerida %	0,55%	0,52%	0,60%	0,33%	0,30%
Perdas Totais - PT	4,49	4,16	4,87	4,84	4,97
PT / Energia Requerida %	5,47%	5,17%	5,96%	5,78%	5,54%
Total	82,06	80,34	81,57	83,78	89,76
Suprimento	59,12	64,17	65,32	63,73	61,38
Consumidor Livre	8,64	8,94	12,11	11,69	13,18
Geração Própria	5,72	6,04	3,57	4,36	4,52
Microgeração	0,03	0,20	0,59	1,24	2,59
Total	73,51	79,35	81,59	81,02	81,67

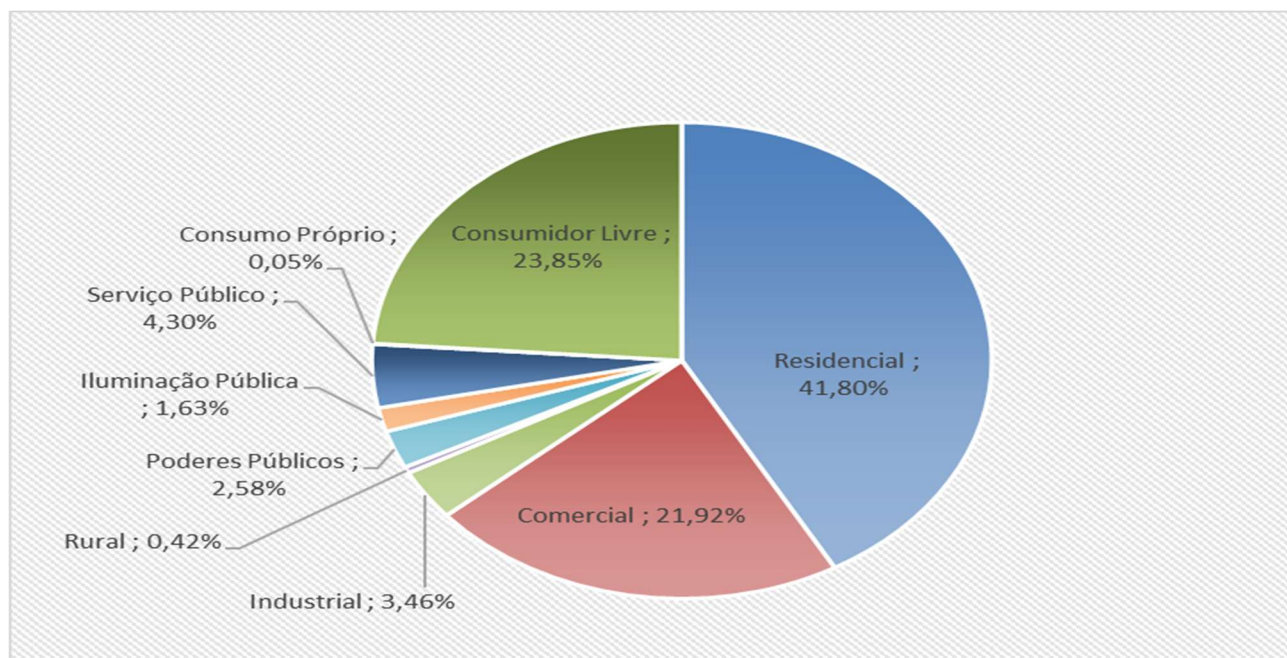
As perdas totais de energia sobre a energia requerida estão representadas no gráfico abaixo:



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, importou em R\$ 36.155 mil, representando um aumento de 5,71 pontos percentuais em comparação com o ano anterior, conforme quadro a seguir:

Consumo por classe de consumidores

Consumidores	2.024	2.023	Variação%	% Receita por classe
Residencial	15.112	13.069	15,63%	41,80%
Comercial	7.925	6.941	14,18%	21,92%
Industrial	1.252	4.857	-74,22%	3,46%
Rural	151	115	31,30%	0,42%
Poderes Públicos	932	789	18,12%	2,58%
Iluminação Pública	588	581	1,20%	1,63%
Serviço Público	1.554	1.293	20,19%	4,30%
Consumo Próprio	18	16	12,50%	0,05%
Consumidor Livre	8.623	6.541	31,83%	23,85%
Total	36.155	34.202	5,71%	100,00%



Qualidade do fornecimento - A ANEEL exige que todas as distribuidoras certifiquem o processo de coleta e apuração dos indicadores de continuidade DEC e FEC, com base nas normas da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9000.

Os indicadores DEC (duração equivalente de interrupções por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupções por unidade consumidora) são os dois principais indicadores que representam a qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2024	1,57	2,57	0,63
2023	3,35	3,20	0,56
2022	1,47	0,98	0,50
2021	1,02	0,86	0,58
2020	1,97	2,00	0,67

Tarifas - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.373 de 20 de agosto de 2024 homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual – RTA da MUX Energia, o qual conduziu a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de -1,61% (menos um vírgula sessenta e um por cento).

Classe	Tarifa média de fornecimento em R\$/MWh	
	Sem Impostos	Com Impostos
Residencial	657,52	831,31
Comercial	657,52	831,31
Industrial	657,52	831,31
Rural	657,52	781,89
Poderes Públicos	657,52	831,31
Iluminação Pública	361,64	457,23
Serviço Público	657,52	831,31

Tecnologia da informação - O desenvolvimento das diversas áreas de negócios da Mux Energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Mux Energia faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura). Em 2024, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

Aquisições:

11 remotas LoraWan utilizados em telecomunicação com medidores de qualidade de energia de baixa tensão

03 remotas GPOET/GPRS/Ethernet para medidores de Média Tensão

01 Nobreak 1400VA

01 Nobreak 800VA

01 Smartphone Motorola G22 para leitura

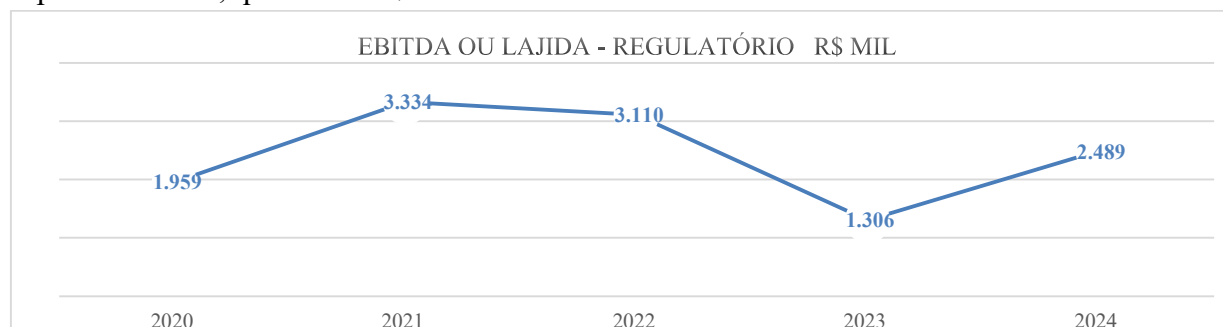
01 Acess Point Unifi (ampliação rede Wifi)

Demais ações:

Migração de telefonia via cabo de cobre da Oi para telefonia VOIP por internet pela Adylnet.

Renovações de licenças Microsoft Office.

Desempenho econômico-financeiro - Em 2024, o lucro líquido foi de R\$ 1.896 mil, comparado com o de 2023 que foi de R\$ 1.063. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 31.222 mil, e em 2023 ficou em R\$ 28.635 mil. O EBITDA ou LAJIDA, Resultado do Serviço (DRE), adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 2.489 mil, tendo um aumento de 90,58%, quando comparado a 2023, que foi de R\$ 1.306 mil.



Investimentos - Os investimentos realizados pela Concessionária em 2024 totalizaram R\$ 2.118 mil, sendo que o maior incremento foi em máquinas e equipamentos para a distribuição de energia elétrica que representaram R\$ 1.644 mil e atenderam a expansão do mercado de energia e a melhoria na qualidade do fornecimento de energia.

Investimentos	2024	2023
Obras de Geração	423	120
Obras de Distribuição	1.644	1.167
Instalações Gerais	51	7
Total dos Investimentos	2.118	1.294

Evolução e Projeção dos Investimentos

R\$ Mil Nominais				R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2024					
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
AIS Bruto ¹	1.153	1.191	1.335	4.212	1.924	920	1.726	805	722
Transformador de Distribuição	100	142	192	161	92	172	92	103	149
Medidor	331	204	222	229	241	253	266	279	293
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	445	300	396	22	73	112	63	55	86
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	277	545	102	339	1.519	382	1.306	368	194
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	2.781	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	422	680	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(142)	(340)	(140)	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(142)	(340)	(140)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.		n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.		n.c.
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.		n.c.
Excedente de reativos	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.		n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.		n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.		n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.		n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2024R	2025P	2026P	2027P	2028P	2029P
Plano de Investimentos 2024	1.335	4.212	1.924	920	1.726	722
R\$ Mil	2024P	2025P	2026P	2027P	2028P	
Plano de Investimentos 2023	1.255	1.269	1.120	719	927	
Diferença	6,4%	231,9%	71,8%	28,0%	86,2%	

MUXENERGIA em números			
Atendimento	2024	2023	%
Número de Consumidores	12.987	12.786	1,5%
Número de empregados	26	29	-11,5%
Número de consumidores por empregado	500	441	11,7%
Número de localidades atendidas	2	2	0,0%
Número de postos de atendimento	2	2	0,0%
Número de postos de arrecadação	18	18	0,0%
Mercado	2024	2023	%
Área de concessão (Km²)	15,34	15,34	0,0%
Geração própria (GWh)	4	4	-9,0%
Distribuição direta (GWh)	85	79	6,9%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.288	2.271	0,7%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	2024	2023	%
Residencial	831,31	754,44	9,2%
Comercial	831,31	754,44	9,2%
Industrial	831,31	754,44	9,2%
Rural	781,89	667,48	14,6%
DEC (horas)	1,57	3,35	-113,4%
FEC (número de interrupções)	2,57	3,2	-24,5%
População atendida - Urbana (em milhares de habitantes)	25	25	-1,7%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	0	0	0,0%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	2,73	3,55	-30,0%
Operacionais	2024	2023	%
Número de usinas em operação	1	1	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	210,63	207,65	1,44%
Capacidade instalada (MW)	38,10	36,47	4,47%
Financeiros	2024	2023	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	52.164	47.953	8,07%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	32.462	30.131	7,18%
Margem operacional do serviço líquida (%)	5,84%	3,53%	39,60%
EBITDA ou LAJIDA	2.489	1.306	47,53%
Lucro Líquido (R\$ mil)	1.896	1.063	43,93%
Operacionais	2024	2023	%
Lucro líquido por lote de mil quotas	253	142	43,87%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	17.878	16.862	5,68%
Valor patrimonial do lote de mil quotas	2.384	2.248	5,68%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	10,61%	6,30%	40,56%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,00	0,00	0,00
Em moeda nacional (%)	0,00	0,00	0,00
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00
Indicadores de performance	2024	2023	%
Salário Médio dos Funcionários:	6.255,74	5.078,95	18,81%
Energia Gerada / Comprada (MWh) por Funcionário:	2.040,23	1.981,49	2,88%
Energia Gerada / Comprada (MWh) por Consumidor:	4,08	4,49	-10,03%

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos - No exercício de 2024, a Mux Energia creditou aos sócios a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 706 mil (R\$ 830 mil em 2023), de acordo com o artigo 90 da Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. O pagamento de dividendos será submetido à consideração do Conselho Consultivo da sociedade, conforme prevê o contrato social.

Composição acionária - Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Mux Energia era de R\$ 7,5 milhões, composto por 7.500.000 quotas no valor de 1,00 cada uma.

Atendimentos aos quotistas - Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma Concessionária transparente, moderna e aberta, a Mux Energia coloca à disposição dos seus quotistas um atendimento personalizado, na sua sede a Rua do Comércio, 1420 em Tapejara – RS. O atendimento presta informações sobre as posições das quotas individuais, dividendos ou juros sobre o capital próprio, créditos dos dividendos e demais informações para o bom relacionamento entre a Concessionária e seus Quotistas.

Administração - Com a assinatura do 4º termo aditivo ao Contrato de concessão em 09/12/2015, a Mux Energia teve sua concessão prorrogada por mais 30 anos.

Este fato requer da Concessionária a continuidade de suas operações dentro do nível de atendimento demonstrado nos últimos anos para garantir o cumprimento das metas de qualidade e de gestão previstas no novo contrato de concessão.

Como consequência das exigências cada vez maiores a nível de satisfação do consumidor e das metas de qualidade exigidas pelos órgãos reguladores, a Concessionária investe continuamente em estrutura organizacional para o atendimento às mudanças exigidas pelo setor elétrico.

Gestão pela qualidade total – A Mux Energia possui o Certificado de Registro nº 61470 emitido pelo órgão certificador ABS Quality Evaluations. Em 2024 deu continuidade ao processo de renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001:2015. O atual escopo de certificação é “Projeto e distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de medição, coleta de dados, apuração dos indicadores e das compensações relacionadas a tensão em regime permanente, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, das informações do cumprimento dos prazos regulados e da suspensão indevida, bem como o tratamento das reclamações de consumidores, incluindo o processo de ouvidoria.”. Todo o trabalho da direção e colaboradores culminou na continuidade da certificação da Mux Energia em outubro de 2024.

Pelo 9º ano consecutivo a Mux Energia recebe o prêmio ANEEL de Qualidade, é um indicador que permite avaliar a satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, é obtido anualmente a partir de pesquisa amostral realizada com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. Foram feitas 29.474 entrevistas em 103 distribuidoras, realizadas em 639 municípios. As Empresas mais bem avaliadas pelos consumidores recebem troféu, certificado e o selo. O selo pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional. Os resultados do Prêmio são utilizados para subsidiar o aprimoramento dos instrumentos regulatórios e a priorização das ações de fiscalização.

A Empresa recebeu também o Selo Ouro no Prêmio ANEEL de Ouvidorias categoria Pequeno Porte (até 100 mil unidades consumidoras), nos anos de 2017, 2018, 2020, 2021, 2022 e 2023 e Selo Prata no ano de 2019, premiação concedida pela ANEEL para as ouvidorias das distribuidoras que possuem as melhores estruturas de atendimento aos consumidores e os melhores desempenhos de tratamento das reclamações registradas pelos consumidores na ANEEL.

As Concessionárias mais bem avaliadas, em ambos os prêmios, (Qualidade e Ouvidoria) recebem troféu, certificado e selo de qualidade. O selo pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional.

Responsabilidade Social - Cada vez mais, a Mux Energia vem reforçando seu papel de Concessionária cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, proporcionando investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Consultivo pelo apoio prestado nas questões de maior interesse da Mux Energia. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Mux Energia.

Tapejara - RS, 22 de abril de 2025.



Alexandre Zanini
Diretor Presidente
CPF - 234.351.190-04

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA
CNPJ: 97.578.090/0001-34
BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

		Valores expressos em milhares de reais		
ATIVO	Notas	2024	2023	
Ativo Circulante		11.415	10.969	
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.916	2.309	
Consumidores	4	4.503	4.492	
Serviços em Curso		9	689	
Tributos Compensáveis	5 e 15	320	225	
Depósitos Judiciais e Cauções		97	97	
Almoxarifado Operacional		189	210	
Ativos Financeiros Setoriais	6	2.146	1.286	
Despesas Pagas Antecipadamente		617	592	
Outros Ativos Circulantes		1.618	1.069	
Ativo Não Circulante		21.484	20.885	
Tributos Compensáveis	5 e 15	68	90	
Ativos Financeiros Setoriais		-	344	
Despesas Pagas Antecipadamente		393	-	
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		527	482	
Imobilizado	7	20.084	19.847	
Intangível	8	412	122	
TOTAL DO ATIVO		32.899	31.854	
PASSIVO				
Passivo Circulante		7.165	8.160	
Fornecedores		3.363	2.961	
Empréstimos e Financiamentos		-	1.800	
Obrigações Sociais e Trabalhistas		447	498	
Tributos		895	761	
Encargos Setoriais		187	451	
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio		839	893	
Passivos Financeiros Setoriais	6	1.108	602	
Outros Passivos Circulantes		326	194	
Passivo Não Circulante		7.856	6.832	
Encargos Setoriais		374	260	
Tributos Diferidos		2.993	3.107	
Obrigações com Consumidores	15	-	-	
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	9	4.489	3.465	
TOTAL DO PASSIVO		15.021	14.992	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	17.878	16.862	
Capital Social	10.1	7.500	7.500	
Outros Resultados Abrangentes	10.2	5.880	6.054	
Reservas de Lucros		4.543	3.317	
Quotas Próprias em Tesouraria		(45)	(9)	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		32.899	31.854	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA
CNPJ: 97.578.090/0001-34
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais			
	Notas	2024	2023
Receita / Ingresso	11	50.924	46.457
Fornecimento de Energia Elétrica		45.135	43.135
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		199	369
Serviços Cobráveis		121	108
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		5.469	2.845
Tributos		(12.573)	(11.151)
ICMS		(7.995)	(6.931)
PIS-PASEP/COFINS		(4.544)	(4.186)
ISS		(34)	(34)
Encargos - Parcela "A"		(7.129)	(6.671)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(156)	(144)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(174)	(136)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(6.765)	(6.359)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(34)	(32)
Outros Encargos		-	-
Receita Líquida / Ingresso Líquido		31.222	28.635
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(24.488)	(23.048)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(11.403)	(11.031)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição		(12.252)	(11.135)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa		(833)	(882)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		6.734	5.587
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(5.777)	(6.159)
Pessoal e Administradores	12	(3.128)	(3.297)
Material		(194)	(292)
Serviço de Terceiros		(690)	(684)
Arrendamentos e Aluguéis		(433)	(415)
Seguros		(17)	(16)
Provisões		(8)	5
(-) Recuperação de Despesas		29	35
Tributos		(34)	(32)
Depreciação e Amortização		(854)	(881)
Gastos Diversos		(448)	(582)
Outras Receitas Operacionais		1.240	1.496
Outras Despesas Operacionais		(10)	(30)
Resultado da Atividade		2.187	894
Resultado Financeiro		(552)	(471)
Despesas Financeiras		(1.046)	(1.007)
Receitas Financeiras		494	536
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		1.635	423
Imposto de Renda		(318)	(132)
Contribuição Social		(127)	(58)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		706	830
Resultado Líquido do Exercício		1.896	1.063

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA
CNPJ: 97.578.090/0001-34
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE REGULATÓRIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

	Notas	2024	2023
Resultado do Exercício		1.896	1.063
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Realização da Reserva de Reavaliação		288	497
Realização de Receitas UD ER Societária - Baixas		-	-
Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social		(114)	(155)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício Líquido de Impostos		174	342
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos		2.070	1.405

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA
CNPJ: 97.578.090/0001-34
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Valores expressos em milhares de reais					
	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Quotas em Tesouraria	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	7.500	6.893	4.443	-	-	18.836
Dividendos Pagos	-	-	(1.600)	-	-	(1.600)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(598)	(520)	520	-	(598)
Aquisição de Quotas Próprias	-	-	-	-	(9)	(9)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(830)	-	(830)
Realização da Reserva de Reavaliação Patrimonial	-	(435)	251	184	-	-
Tributos s/ ajuste de avaliação patrimonial	-	194	-	(194)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.063	-	1.063
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	-	743	(743)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	7.500	6.054	3.317	-	(9)	16.862
Aquisição de Quotas Próprias	-	-	(100)	-	(36)	(136)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(706)	-	(706)
Realização da Reserva de Reavaliação Patrimonial	-	(288)	135	-	-	(153)
Tributos s/ Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	114	-	-	-	114
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.896	-	1.896
Transf. para Reservas de Lucros	-	-	1.190	(1.190)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	7.500	5.880	4.542	-	(45)	17.877

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

01 - Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Concessionária é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Concessionária está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Concessionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, a concessão para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Concessionária pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Concessionária solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores Livres são aqueles que tenham exercido a opção de compra de energia elétrica, conforme as condições estabelecidas no art. 15 e no art.16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada dos referidos consumidores no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas

exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

02 - Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis Regulatórias. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Societárias da Concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativa em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma Concessionária e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A autorização para conclusão e emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias ocorreu em 22 de abril de 2025.

2.1 - Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Concessionária. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais, foram arredondadas para o milhar mais próximo, salvo menção ao contrário.

2.2 - Estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer que a administração da Concessionária faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas

estimativas quando efetivamente realizados. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira contínua pela administração e são baseadas em experiência histórica e novas informações. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis regulatórias são: provisão para crédito de liquidação duvidosa, avaliação de ativos e passivos financeiros ao valor justo e provisão para ações judiciais e regulatórias.

03 - Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias, considerando ainda os aspectos abaixo descritos.

Tais políticas têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis regulatórias.

3.1 - Instrumentos Financeiros: A Concessionária não opera com instrumentos financeiros derivativos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade.

Até 31 de dezembro de 2024 foram utilizados os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando for mantido para negociação ou designado como tal no reconhecimento inicial. Estes ativos devem ser mensurados pelo valor justo com contrapartida no resultado do exercício, não existindo necessidade de realização de teste para avaliar uma eventual perda no valor recuperável.

- Ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros que não foram classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado, estão reconhecidos pelo custo amortizado pela taxa efetiva de juros.

3.2 - Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

O ativo financeiro setorial, é composto pela Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA e itens financeiros (NE 14), destinando-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, referentes a diferença entre os custos previstos no reajuste anual tarifário e os custos efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Caso os custos incorridos sejam superiores, o Poder Concedente homologa o direito incondicional de receber caixa do consumidor.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores.

O passivo financeiro setorial é constituído quando os custos previstos pelo Poder Concedente e incluídos na tarifa no reajuste tarifário anual são efetivamente inferiores aos incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, gerando uma obrigação de devolução ao consumidor no próximo reajuste.

3.3 - Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de outubro de 2022. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.4 - Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as Concessionárias de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

3.5 - Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de sua formação.

3.6 - Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Tais valores são amortizados pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme

legislação vigente.

3.7 - Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para a conta de lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

A reavaliação foi registrada em 31 de outubro de 2022 com base em Laudo de Reavaliação elaborado por Avaliadora credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data base de 31 de janeiro de 2022.

3.8 - Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Concessionária é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos e financeiros fluirão para a Concessionária, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

04 - Consumidores

A Composição das Contas a Receber dos consumidores está assim representada:

Ativo Circulante

VALORES CORRENTES									
D E S C R I Ç Ã O - R\$ Mil	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2024	TOTAL 2023
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Fornecimento de Energia	4.136	-	331	7	13	69	-53	4.503	4.492
- Residencial	1.335	-	233	7	8	29	-35	1.577	1.550
- Industrial	114	-	-	-	-	-	-	114	108
- Comercial	731	-	68	-	5	15	-18	801	894
- Rural	4	-	-	-	-	-	-	4	7
- Poderes Públicos	78	-	-	-	-	-	-	78	93
- Iluminação Pública	52	-	-	-	-	-	-	52	50
- Serviço Público	162	-	18	-	-	-	-	180	148
- Serviço Taxado	8	-	5	-	-	3	-	16	15
Consumidor Livre	671	-	-	-	-	-	-	671	647
Outros Créditos	11	-	7	-	-	22	-	40	39
- Fornecimento Não Faturado	970	-	-	-	-	-	-	970	941
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.136	0	331	7	13	69	-53	4.503	4.492

Ativo Não Circulante

VALORES CORRENTES									
D E S C R I Ç Ã O - R\$ Mil	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2024	TOTAL 2023
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	620	(620)	-	-
- Industrial	-	-	-	-	-	599	(599)	-	-
Outros Créditos	-	-	-	-	-	21	(21)	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	620	(620)	-	-

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- (a) Consumidores residenciais e comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- (b) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

O valor é considerado suficiente pela Administração da Concessionária para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

05 – Tributos Compensáveis

	2024	2023
Circulante		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	68	76
IRPJ a Compensar	11	0
Programa de Integração Social - PIS	43	26
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	198	123
	320	225
Não Circulante		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	68	90
	68	90

ICMS s/Aquisições para o Ativo Imobilizado

O ICMS incidente sobre Aquisições para o Ativo Imobilizado refere-se a créditos fiscais oriundos da compra de bens destinados ao Ativo Imobilizado e relacionados à atividade fim da Concessionária. Através da Lei Complementar 102/00, o crédito de ICMS passou a ser constituído e amortizado mensalmente na proporção de 1/48. O Decreto 50.756 de 2013 permite que os créditos sejam apropriados na proporção de 1/24 desde que as mercadorias sejam produzidas por Empresa fabricante localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

06 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais.

a) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA.

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período entre Revisões e Reajustes Tarifários entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último Reajuste Tarifário Anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” se inicia logo após o final da vigência da Revisão Tarifária ou Reajuste, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Concessionária transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

b) Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

• Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2023	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros	Saldo em 31/12/2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante
CVA Ativa	301	964	(238)	20	(28)	-	1.019	225	794	1.019
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	44	636	(16)	9			673	19	654	673
Proinfa	(3)	-	3				-	-	-	-
Transporte Rede Básica	34	5	(24)	(0)			14	14	-	14
Transporte de Energia - Itaipu	89	20	(66)	5			48	48	-	48
ESS	110	134	(89)	9			164	77	86	164
CDE	27	169	(47)	(2)	(28)	-	119	66	53	119
Demais Ativos Financeiros Setoriais	985	1.066	(952)	27	-	-	1.127	414	713	1.127
PIS/Cofins s/ base ICMS	661	368	(819)	9			220	220	-	220
Neutralidade da Parcela A	315	689	(130)	19			893	182	711	893
Sobrecontratação de Energia	9	(1)	(3)	(1)			5	2	2	5
Bandeira Tarifária	-	9					9	9	-	9
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.286	2.030	(1.190)	48	(28)	-	2.146	639	1.507	2.146

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2023	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros	Saldo em 31/12/2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante
CVA Passiva	(185)	(321)	183	(8)	28	-	(303)	(2)	(301)	(303)
Proinfa	(62)	(27)	81	(4)	-		(12)	(9)	(3)	(12)
Transporte Rede Básica	-	(5)		0			(5)	-	(5)	(5)
Transporte de Energia - Itaipu	-	(48)		(1)			(49)	-	(49)	(49)
CDE	(123)	(241)	102	(4)	28		(238)	7	(245)	(238)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(417)	(955)	579	(12)	-	-	(805)	(500)	(305)	(805)
Neutralidade da Parcela A	(50)	(133)	108	(4)			(79)	(79)	-	(79)
Devoluções Tarifárias	(177)	(187)	144				(220)	(61)	(159)	(220)
Bandeira Tarifária		(25)					(25)		(25)	(25)
Outros	(190)	(610)	327	(8)			(481)	(360)	(121)	(481)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(602)	(1.276)	761	(20)	28	-	(1.108)	(502)	(606)	(1.108)

07 - Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Tab 20	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas da Reavaliação	Transferências (C)	Reavaliação e Outros	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	6.143	423	(146)	-	-	(52)	6.368	277	(2.218)	4.149	4.003	-	-	-
Terrenos	827	-	-	-	-	-	827	-	-	827	827	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.320	-	-	-	-	-	2.320	-	(834)	1.487	1.534	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	545	-	-	-	-	-	545	-	(262)	283	294	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.443	423	(146)	-	-	(52)	2.669	277	(1.116)	1.554	1.349	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	7	-	-	-	-	-	7	-	(6)	-	-	-	-	-
Distribuição	25.777	1.372	(228)	-	-	(178)	26.744	1.144	(12.215)	14.529	14.188	6.286	(1.932)	4.355
Terrenos	2.005	-	-	-	-	-	2.005	-	-	2.005	2.005	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	726	-	-	-	-	-	726	-	(686)	40	53	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	22.184	1.344	(142)	-	-	(148)	23.238	1.202	(10.820)	12.418	12.062	6.286	(1.932)	4.355
Veículos	813	28	(86)	-	-	(30)	725	58	(661)	64	67	-	-	-
Móveis e Utensílios	49	-	-	-	-	-	49	-	(48)	0	1	-	-	-
Administração	1.988	-	-	-	-	(0)	1.987	-	(1.289)	698	714	-	-	-
Terrenos	638	-	-	-	-	-	638	-	-	638	638	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.017	-	-	-	-	-	1.017	-	(1.017)	-	7	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	123	-	-	-	-	(0)	123	-	(86)	37	43	-	-	-
Veículos	77	-	-	-	-	-	77	-	(77)	-	0	-	-	-
Móveis e Utensílios	133	-	-	-	-	-	133	-	(109)	23	26	-	-	-
Subtotal	33.908	1.794	(375)	-	-	(230)	35.098	1.421	(15.722)	19.376	18.905	6.286	(1.932)	4.355
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas da Reavaliação	Transferências (C)	Reavaliação e Outros	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	441	691	(845)	-	-	-	287	155	-	287	441	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	166	679	(845)	-	-	-	-	166	-	-	166	-	-	-
Outros	275	12	-	-	-	-	287	12	-	287	275	-	-	-
Distribuição	500	2.112	(2.191)	-	-	-	422	(79)	-	423	501	134	-	134
Máquinas e Equipamentos	500	931	(931)	-	-	-	500	-	-	500	-	134	-	134
Outros	-	1.180	(1.259)	-	-	-	78	(79)	-	77	501	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	941	2.802	(3.035)	-	-	-	707	234	-	708	942	134	-	134
Total do Ativo Imobilizado	34.849	4.596	(3.410)	-	-	(230)	35.805	1.187	(15.722)	20.084	19.847	6.420	1.932	4.489

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

o - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas de Reava-liação	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	12.315	1.344	(142)	-	-	9.721	23.238	1.202
Transformador de Distribuição	1.872	162	(5)	-	-	2.075	4.104	157
Medidor	1.564	145	(83)	-	-	681	2.307	62
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	3.178	638	(12)	-	-	1.529	5.333	626
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.732	399	(7)	-	-	512	3.636	392
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
s Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
s Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
s Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
s Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.969	-	(35)	-	-	4.924	7.858	(35)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(3.232)	(1.144)	-	-	-	(1.910)	(6.286)	(1.144)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(2.428)	(1.144)	-	-	-	(1.910)	(5.482)	(1.144)
Outros	(498)	-	-	-	-	-	(498)	-
Originadas da Receita	(306)	-	-	-	-	-	(306)	-
Ultrapassagem de demanda	(121)	-	-	-	-	-	(121)	-
Excedente de reativos	(185)	-	-	-	-	-	(185)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-

As taxas médias anuais de depreciação por atividade estão assim representadas:

		2024			2023
Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação/Amort. Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração		6.427	(2.277)	4.150	4.006
Custo Histórico		2.561	(913)	1.648	1.394
Correção Monetária Especial	2,60%	-	-	-	-
Reavaliação		3.866	(1.364)	2.502	2.612
Distribuição		26.742	(12.216)	14.526	14.185
Custo Histórico		14.224	(5.468)	8.756	8.029
Correção Monetária Especial	4,59%	-	-	-	-
Reavaliação		12.518	(6.747)	5.771	6.156
Administração		1.988	(1.288)	700	715
Custo Histórico		237	(186)	51	58
Correção Monetária Especial	3,18%	-	-	-	-
Reavaliação		1.751	(1.102)	649	657
Ativ. não vinculadas à concessão do Serv. Público de Energia Elétrica		527	(44)	483	437
Custo Histórico		527	(44)	483	437
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		35.684	(15.825)	19.858	19.343
Em Curso - R\$ Mil					
Geração		-	-	287	441
Distribuição		-	-	421	500
Administração		-	-	-	-
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
		-	-	708	941
		35.684	(15.825)	20.566	20.284

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Deprec./Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	729	84	190	-	-	607	1.610
Veículos	-	-	-	-	-	29	29
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	12	-	-	-	-	12
Estoque de Materiais	11	25	2	-	-	2	41
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	412	-	-	-	-	412
Total das Adições	740	533	192	-	-	638	2.104

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)	
Gerador	3,33
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,00
Turbina Hidráulica	2,50
Banco de capacitores	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Medidor	7,69
Regulador de tensão	4,35
Religador de tensão	4,00
Transformador de distribuição	4,00
Equipamento Geral	6,25
Equipamento Geral de Informática	16,67

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 (revogado através do Decreto 10.810 de 27 de setembro de 2021), os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Atualmente, a Resolução Normativa Aneel 948 de 16 de novembro de 2021, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, e dispensa da obrigação de solicitar anuência prévia, determinando somente a manutenção de dossiê de desvinculação composto por documentos específicos, os quais deverão ser mantidos para posterior comprovação junto ao órgão regulador. Determina em caso de alienação dos respectivos bens, que o resultado deduzido os encargos incidentes sobre a receita da venda sejam depositados em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço foram:

Principais adições	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Software para gestão de dispositivos com telemedicação e corte e religa LoRaWAN - Projeto PDI	309
2. Remotas LoraWAN utilizadas em telemedicação para comunicação com medidores de baixa tensão. (50 remotas) - Projeto PDI	289
3. Reforma de um acoplamento ou conexão entre turbina e gerador da Usina Hidroelétrica Avante	216
4. Extensão em média e baixa tensão com instalação de transformador para atender loteamento residencial	108
5. Reforma do Gerador da Usina Hidroelétrica Avante	206
6. Extensão em BT e MT, com instalações de transformadores para atender loteamento residencial	176
7. Extensão em BT e MT, com instalação de transformador para atender loteamento residencial	138
8. Gateway Concentrador das Telemedicações LoRaWAN - (4 gateway) - Projeto PDI	124
9. Extensão de rede em média e baixa tensão com instalação de TR para loteamento	109
10. Substituições de postes de madeira por postes de concreto	67

As principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço foram:

Principais baixas	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Substituições de postes de madeira por postes de concreto	4
2. Recondutoramento de condutores de baixa tensão com acréscimo de fase para atender consumidor	3
3. Substituição de transformador avariado	2
4. Substituições de postes devido ajustes por limites em áreas de concessões diferentes	2
5. Extensão de rede em média e baixa tensão com instalação de TR para loteamento	2
6. Melhoria dos arranjos de redes para conexão de novo loteamento	2
7. Substituições de 02 chaves seccionadoras tipo faca devido a alta temperatura	1

As principais adições (pelo critério de valor) em Obrigações Especiais foram:

Principais adições Obrigações Especiais	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Software para gestão de dispositivos com telemedicação e corte e religa LoRaWAN - Projeto PDI	309
2. Remotas LoraWAN utilizadas em telemedicação para comunicação com medidores de baixa tensão. (50 remotas) - Projeto PDI	289
3. Extensão em BT e MT, com instalações de transformadores para atender loteamento residencial	176
4. Extensão em BT e MT, com instalação de transformador para atender loteamento residencial	138
5. Gateway Concentrador das Telemedicações LoRaWAN - (4 gateway) - Projeto PDI	124

8- A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas da Reavaliação	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Intangível em Serviço											
Geração	23	-	-	-	-	36	59	-	(59)	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	23	-	-	-	-	36	59	-	(59)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	188	323	(9)	(0)	-	190	691	314	(299)	392	103
Servidões	25	-	-	-	-	41	66	-	-	66	66
Softwares	123	309	-	-	-	118	550	309	(267)	283	-
Outros	39	14	(9)	(0)	-	30	75	5	(32)	43	37
Administração	6	-	-	-	-	13	19	-	-	19	19
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	6	-	-	-	-	13	19	-	-	19	19
Subtotal	218	323	(9)	(0)	-	238	769	314	(358)	411	122
Ativo Intangível em Curso											
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	323	(323)								
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	323	(323)	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-								
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	323	(323)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	218	646	(332)	(0)	-	238	769	314	(358)	411	122

09 - Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		4.376	-	1.910	6.286
Participação da União, Estados e Municípios		39	-	-	39
Participação Financeira do Consumidor		2.812	-	1.910	4.722
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	4,56%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		1.219	-	-	1.219
Universalização Serv. Públ. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		306	-	-	306
Ultrapassagem de demanda		121	-	-	121
Excedente de reativos		185	-	-	185
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		(963)	-	(834)	(1.797)
Participação da União, Estados e Municípios		(27)	-	-	(27)
Participação Financeira do Consumidor		(755)	-	(834)	(1.589)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		(207)	-	-	(207)
Universalização Serv. Públ. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		26	-	-	26
Ultrapassagem de demanda		(43)	-	-	(43)
Excedente de reativos		(66)	-	-	(66)
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		135	-	-	135
Total		3.413	-	1.076	4.489

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
Em serviço	5.142	-	-	1.144	-	6.286	1.144
Participação da União, Estados e Municípios	39	-	-	-	-	39	-
Participação Financeira do Consumidor	4.299	-	-	423	-	4.722	423
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	498	-	-	721	-	1.219	721
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-
Outros	305	-	-	-	-	305	-
Ultrapassagem de demanda	120	-	-	-	-	120	-
Excedente de reativos	185	-	-	-	-	185	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	(1.677)	(254)	-	-	-	(1.932)	(254)
Participação da União, Estados e Municípios	(25)	(2)	-	-	-	(27)	(2)
Participação Financeira do Consumidor	(1.387)	(202)	-	-	-	(1.589)	(202)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(171)	(36)	-	-	-	(207)	(36)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(95)	(14)	-	-	-	(109)	(14)
Ultrapassagem de demanda	(37)	(6)	-	-	-	(43)	(6)
Excedente de reativos	(58)	(8)	-	-	-	(66)	(8)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Em curso	-	1.619	-	(1.754)	-	(135)	(135)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	545	-	(545)	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	721	-	(721)	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	244	-	(244)	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	109	-	(244)	-	(135)	(135)
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.464	1.365	-	(610)	-	4.217	755

10- Patrimônio Líquido

10.1 - Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.500 Milhões, no valor de R\$ 1,00 por quota.

10.2 – Reserva de Reavaliação

Contempla o saldo da Reserva de reavaliação relativa à reavaliação compulsória estabelecida pela ANEEL. A reavaliação compulsória foi registrada em 31 de outubro de 2022, com base em Laudo de Reavaliação elaborado por Concessionária credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária de 2022.

A movimentação ocorrida no exercício está assim representada:

Descrição	Valor
Saldo da Reserva de Reavaliação em 31/12/2023	6.054
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-
Realização da Reserva de Reavaliação	(288)
Efeitos dos Tributos sobre a Realiz. da Reserva	114
Saldo da Reserva de Reavaliação em 31/12/2024	5.880

11 - Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Fornecimento - Faturado	12.975	12.778	47.261	51.972	36.829	36.639
Residencial	10.942	10.790	25.704	23.594	20.337	17.575
Industrial	1.841	1.804	14.036	13.011	1.651	6.065
Comercial	59	60	2.058	10.191	10.851	9.583
Rural	13	14	241	171	174	154
Poder público	93	86	1.347	1.216	1.130	942
Iluminação pública	5	5	1.564	1.690	737	720
Serviço público	22	19	2.311	2.099	1.948	1.601
Suprimento Faturado	8	4	37.502	26.941	8.446	6.538
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	8	4	37.502	26.941	8.446	6.538
Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Consumidores Livres	8	4	37.502	26.941	8.446	6.538
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(169)	(168)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(98)	(110)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(71)	(58)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	29	126
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	587	(442)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	85	(1.576)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	(474)	2.386
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	121	108
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	5.469	2.845
Total	12.983	12.782	84.763	78.913	50.924	46.457

12 - Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2024	2023
Pessoal	2.709	2.769
Remuneração	1.675	1.713
Encargos	833	794
Previdência privada	-	-
Despesas rescisórias	-	18
Outros	201	244
Administradores	419	528
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	419	528
Benefícios dos administradores	-	-
Total	3.128	3.297

13 - Revisão e Reajuste Tarifário

13.1 Revisão Tarifária Periódica

A última Revisão Tarifária Periódica da Concessionária ocorreu em 22 de julho de 2022, e teve seu resultado homologado através da Resolução Homologatória nº 3.072, de 19 de Julho de 2022.

O resultado do processo de Revisão Tarifária Periódica de 2022 apresentou um reposicionamento médio das tarifas a ser percebido pelos consumidores de 7,19%, sendo de 10,61%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 5,03%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

De acordo com o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado entre a ANEEL e a Distribuidora em 09 de dezembro de 2015, a próxima Revisão Tarifária Periódica da Concessionária ocorrerá no dia 22 de julho de 2027.

13.2 Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as Concessionárias distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.373 de 20 de agosto de 2024, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual – RTA da MUX Energia, o qual conduziu a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de -1,61% (menos uma vírgula sessenta e um por cento).

13.3 Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as data-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre os ciclos de revisão

tarifária – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração apurada para a revisão tarifária de 2022.

Descrição	
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	20.951.890
(3) Obrigações Especiais Bruta	4.621.986
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.923.341
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	14.406.564
(6) Depreciação Acumulada	8.949.352
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	12.002.538
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	12.002.538
(10) Almoxarifado em Operação	126.367
(12) Obrigações Especiais Líquida	3.204.715
(13) Terrenos e Servidões	1.666.826
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (9)+(10)+(11)-(12)+(13)	10.591.016
(15) Base de Remuneração Ativos Concessionária	10.591.016
(16) WACC antes de impostos	10,83%
(17) Remuneração Ativos Concessionária	1.146.742
(18) Base Obrigações Especiais	4.621.986
(19) Taxa de Remuneração das Obrigações Especiais	2,34%
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	108.221
(24) Remuneração do Capital = (17)+(20)+(23)	1.254.963
(25) Taxa de Depreciação	4,34%
(29) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (25)	625.245

13.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI:

Descrição	Valores (R\$)
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	3.682.422
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	1.657.090
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	441.891
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	1.583.442
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	174.690
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	87.050
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	384.486
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	646.226

13.5 Resumo da Revisão Tarifária.

Aplicando-se as metodologias definidas nos Módulos 2, 3 e 7 do Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que tratam do cálculo da revisão tarifária, do reajuste tarifário e da estrutura tarifária das Concessionárias de Distribuição de energia Elétrica, a Revisão Tarifária Periódica da Concessionária ocorrida em 22/07/2022 é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado:

	Receita Verificada (R\$)	Receita Requerida (R\$)	Variação	Participação na Revisão	Participação na Receita
PARCELA A [Encargos+Transmissão+Energia+RI]	26.853.419	31.891.866	18,8%	15,41%	84,5%
Encargos Setoriais	5.875.227	8.328.299	41,8%	7,50%	22,1%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	35.326	32.115	-9,1%	-0,01%	0,1%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (USO)	4.128.819	6.229.101	50,9%	6,42%	16,5%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Covid TUSD)	167.213	170.367	1,9%	0,01%	0,5%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Covid TE)	139.235	140.073	0,6%	0,00%	0,4%
CDE Modicidade Eletrobrás	-	(990.000)	0,0%	-3,03%	-2,6%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. - EER	426.593	1.373.181	221,9%	2,90%	3,6%
PROINFA	684.819	1.076.201	57,2%	1,20%	2,9%
P&D, Efic.Energ e Ressarc.ICMS Sist.Isol.	293.221	297.261	1,4%	0,01%	0,8%
Custos de Transmissão	7.832.141	9.351.553	19,4%	4,65%	24,8%
MUST Itaipu	236.864	244.314	3,1%	0,02%	0,6%
Transporte de Itaipu	227.518	349.006	53,4%	0,37%	0,9%
Uso do sistema de distribuição	7.367.759	8.758.233	18,9%	4,25%	23,2%
Custos de Aquisição de Energia	13.127.549	14.192.821	8,1%	3,26%	37,6%
Receitas Irrecuperáveis	18.503	19.193	3,7%	0,00%	0,1%
PARCELA B	5.837.572	5.836.168	0,0%	0,00%	15,5%
Custos Operacionais	4.024.540	3.969.875	-1,4%	-0,17%	10,5%
Anuidades	574.596	632.514	10,1%	0,18%	1,7%
Remuneração	1.180.161	1.228.335	4,1%	0,15%	3,3%
Depreciação	558.903	611.978	9,5%	0,16%	1,6%
UD+ER+OR	(500.629)	(606.535)	21,2%	-0,32%	-1,6%
RT considerando a variação tarifária da RTE	32.690.991	37.728.034		15,41%	100%

14 - Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Concessionária seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Concessionária seguiu a regulamentação determinada pelo Órgão Regulador contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicação dos ajustes apresentados entre a contabilidade regulatória e a societária:

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA
CNPJ: 97.578.090/0001-34
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Valores expressos em milhares de reais							
ATIVO	Notas	Regulatório	2024 Ajustes	Societário	Regulatório	2023 Ajustes	Societário
Ativo Circulante		11.415	(420)	11.835	10.969	(498)	11.467
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.916	-	1.916	2.309	-	2.309
Consumidores		4.503	-	4.503	4.492	-	4.492
Serviços em Curso		9	-	9	689	-	689
Tributos Compensáveis		320	-	320	225	-	225
Depósitos Judiciais e Cauções		97	-	97	97	-	97
Almoxarifado Operacional	14.1	189	(420)	609	210	(498)	708
Ativos Financeiros Setoriais		2.146	-	2.146	1.286	-	1.286
Despesas Pagas Antecipadamente		617	-	617	592	-	592
Outros Ativos Circulantes		1.618	-	1.618	1.069	-	1.069
Ativo Não Circulante		21.484	12.833	8.651	20.885	12.303	8.582
Tributos Compensáveis		68	-	68	90	0	90
Ativos Financeiros Setoriais		-	-	-	344	0	344
Despesas Pagas Antecipadamente		393	-	393	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão		-	(1.056)	1.056	-	(740)	740
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público	14.2	527	-	527	482	-	482
Imobilizado	14.3	20.084	20.084	-	19.847	19.847	-
Intangível	14.4	412	(6.195)	6.607	122	(6.804)	6.926
TOTAL DO ATIVO		32.899	12.413	20.486	31.854	11.805	20.049
PASSIVO							
Passivo Circulante		7.165	-	7.165	8.160	-	8.160
Fornecedores		3.363	-	3.363	2.961	-	2.961
Empréstimos e Financiamentos		-	-	-	1.800	-	1.800
Obrigações Sociais e Trabalhistas		447	-	447	498	-	498
Tributos		895	-	895	761	-	761
Encargos Setoriais		187	-	187	451	-	451
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio		839	-	839	893	-	893
Passivos Financeiros Setoriais		1.108	-	1.108	602	-	602
Outros Passivos Circulantes		326	-	326	194	-	194
Passivo Não Circulante		7.856	7.482	374	6.832	6.572	260
Encargos Setoriais		374	-	374	260	-	260
Tributos Diferidos	14.5	2.993	2.993	-	3.107	3.107	-
Obrigações com Consumidores		-	-	-	-	-	-
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia	14.6	4.489	4.489	-	3.465	3.465	-
TOTAL DO PASSIVO		15.021	7.482	7.539	14.992	6.572	8.420
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.878	4.931	12.947	16.862	5.233	11.629
Capital Social		7.500	-	7.500	7.500	-	7.500
Outros Resultados Abrangentes	14.7	5.880	5.880	-	6.054	6.054	-
Reservas de Lucros		4.543	(949)	5.492	3.317	(821)	4.138
Quotas Próprias em Tesouraria		(45)	-	(45)	(9)	0	(9)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		32.899	12.413	20.486	31.854	11.805	20.049

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA
CNPJ: 97.578.090/0001-34
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Valores expressos em milhares de reais						
	2024			2023		
	Nota Regulatória	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso	50.924	(1.231)	52.155	46.457	(1.357)	47.687
Fornecimento de Energia Elétrica	45.135	-	45.135	43.135	-	43.008
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	199	-	199	369	-	369
Serviços Cobráveis	121	-	121	108	-	108
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	5.469	-	5.469	2.845	-	2.845
Receita da Construção	14.8	-	(1.231)	1.231	-	(1.357)
		-	-		-	-
Tributos	(12.573)	-	(12.573)	(11.151)	-	(11.151)
ICMS	(7.995)	-	(7.995)	(6.931)	-	(6.931)
PIS-PASEP/COFINS	(4.544)	-	(4.544)	(4.186)	-	(4.186)
ISS	(34)	-	(34)	(34)	-	(34)
		-	-		-	-
Encargos - Parcela "A"	(7.129)	-	(7.129)	(6.671)	-	(6.671)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	(156)	-	(156)	(144)	-	(144)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(174)	-	(174)	(136)	-	(136)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(6.765)	-	(6.765)	(6.359)	-	(6.359)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(34)	-	(34)	(32)	-	(32)
Outros Encargos	-	-	-	-	-	-
		-	-		-	-
Receita Líquida / Ingresso Líquido	31.222	(1.231)	32.453	28.635	(1.357)	29.865
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	(24.488)	-	(24.488)	(23.047)	-	(23.048)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(11.403)	-	(11.403)	(11.031)	-	(11.031)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(12.252)	-	(12.252)	(11.135)	-	(11.135)
Energia elétrica comprada para reevenda - Proinfa	(833)	-	(833)	(882)	-	(882)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	6.734	(1.231)	7.965	5.587	(1.231)	6.817
		-	-		-	-
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	(5.777)	853	(6.630)	(6.159)	860	(7.020)
Pessoal e Administradores	(3.128)	-	(3.128)	(3.297)	-	(3.297)
Material	(194)	-	(194)	(292)	-	(292)
Serviço de Terceiros	(690)	-	(690)	(684)	-	(684)
Arrendamentos e Aluguéis	(433)	-	(433)	(415)	-	(415)
Seguros	(17)	-	(17)	(16)	-	(16)
Provisões	(8)	-	(8)	5	-	5
(-) Recuperação de Despesas	29	-	29	35	-	35
Tributos	(34)	-	(34)	(32)	-	(32)
Depreciação e Amortização	14.9	(854)	(337)	(517)	(881)	(379)
Gastos Diversos	(448)	(41)	(407)	(582)	(118)	(465)
Custo da Construção	14.8	-	1.231	(1.231)	-	1.357
		-	-		-	-
Outras Receitas Operacionais	1.240	-	1.240	1.496	-	1.496
Outras Despesas Operacionais	(10)	-	(10)	(30)	-	(30)
		-	-		-	-
Resultado da Atividade	2.187	(378)	2.565	894	(371)	1.263
		-	-		-	-
Resultado Financeiro	(552)	-	(552)	(471)	-	(471)
Despesas Financeiras	(1.046)	-	(1.046)	(1.007)	-	(1.007)
Receitas Financeiras	494	-	494	536	-	536
		-	-		-	-
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	1.635	(378)	2.013	423	(368)	792
Imposto de Renda	14.5	(318)	84	(402)	(132)	114
Contribuição Social	14.5	(127)	30	(157)	(58)	41
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	706	-	706	830	-	830
		-	-		-	-
Resultado Líquido do Exercício	14.10	1.896	(264)	2.160	1.063	(214)
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	-
		-	-		-	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias

14.1 Almoxarifado Operacional

Os ajustes são decorrentes de materiais e equipamentos em estoque utilizado na construção da infraestrutura da concessão, que na contabilidade societária estão classificados no Ativo Circulante – Almoxarifado Operacional e na contabilidade regulatória estão registrados no Ativo não Circulante – Imobilizado. Em ambos os casos estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

14.2 Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esse ativo a Concessionária possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Concessionária, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório e no preço das commodities relacionadas a infraestrutura. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve estar depreciado/amortizado ao final do prazo de concessão. Portanto na contabilidade societária tais valores são devidamente refletidos em atendimento ao disposto na ICPC 01 (R1), enquanto na contabilidade regulatória, não é requerido sua aplicação.

14.3 Imobilizado

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do ativo imobilizado vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Concessionária de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, em atendimento ao disposto na ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

14.4 Intangível

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional da Concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

14.5 Tributos Diferidos

Os ajustes são oriundos da não contabilização dos tributos incidentes sobre a reserva de reavaliação do imobilizado na contabilidade societária.

14.6 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Os ajustes são decorrentes da compensação, na contabilidade societária, do saldo das Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica com o saldo da rubrica Intangível, que é apresentado pelo seu valor líquido.

14.7 Reserva de Reavaliação

Os ajustes são decorrentes da não contabilização da reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado na contabilidade societária, a qual é registrada pelo seu valor líquido dos efeitos tributários.

14.8 Receita e Custo da Construção

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária das receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, cuja margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero. Assim sendo, a receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, não sendo adotado, no entanto, para fins da contabilidade regulatória.

14.9 Depreciação e amortização

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária da depreciação e amortização incidentes sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado e intangível na contabilidade regulatória.

14.10 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório		
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	2.160	1.277
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(264)	(214)
Ajuste Receita Ultrapassagem de Demanda /Excedentes de Reativos	-	127
Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória	(337)	(379)
Tributos Diferidos	114	155
Perdas na desativação de bens reversíveis - Reavaliação Regulatória Compulsória	(41)	(117)
Lucro líquido regulatório	<u>1.896</u>	<u>1.063</u>



Alexandre Zanini
Diretor Presidente
CPF - 234.351.190-04



Rosane Rovani de Linhares
Contadora
CPF - 494.609.860-72



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Administradores e Quotistas da
Muxfeldt Marin & Cia Ltda
Tapejara - RS.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações regulatórias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Empresa com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa a cumprir os requisitos e determinações estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** elaborou um conjunto de demonstrações contábeis societárias separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 21 de março de 2025, sem ressalvas.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de



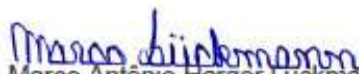
auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 22 de abril de 2025.

BEZ Auditores Independentes Ltda.
CRC PR 5.010/O-2



Marco Antônio Harger Luckmann
Contador CRC SC 023.456/O-6 T - PR